

Sem base no Congresso não há saída, adverte Maciel

Tarcísio Holanda

Há um consenso entre os que compõem a bancada governista no Senado de que o Palácio do Planalto ainda não sofreu derrotas desastrosas em importantes votações naquela Casa graças ao zelo e à dedicação com que o senador pernambucano Marco Maciel (PFL) se entrega à tarefa de defender as posições do Presidente da República e de sua gestão.

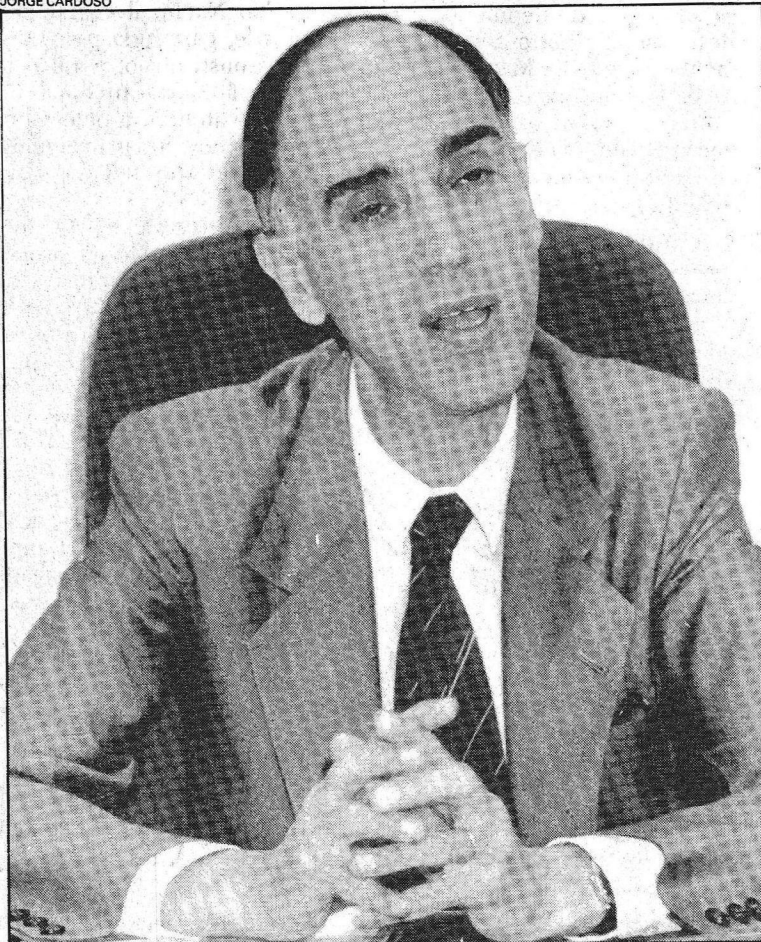
Profissional que faz política 24 horas do dia — que é sempre curto para o senador —, Maciel e Passarinho foram as únicas vozes que advertiram para os riscos de aprovação da emenda do senador José Richa (PSDB-PR) que antecipava o plebiscito sobre a forma de governo para abril próximo. O Presidente só acordou para isso, muito tarde, submetendo o Governo a grandes desgastes na luta para mudar o voto de alguns parlamentares governistas a fim de evitar a aprovação da emenda no segundo turno.

Numa entrevista exclusiva ao **CORREIO BRAZILIENSE**, o senador Marco Maciel sustenta que a única alternativa, para o Governo, é montar uma base de sustentação política firme, no Congresso, porém não majoritária, mesmo porque a condição minoritária de suas forças decorre de resultado eleitoral mais do que notório. Os partidos que apóiam o Governo no Congresso Nacional não são majoritários.

“O que nos cabe fazer”, adverte, “é consolidar a base atual, dando-lhe a organização e unidade, empenhando-se para promover o estreitamento dos canais de relação do Governo com os seus correligionários. Estamos empenhados em fazer com que o Governo consiga mobilizar os Ministérios e o segundo escalão nesse trabalho de envolvimento da máquina administrativa com os correligionários do Presidente”.

Enfronhado nos segredos de seu duro ofício (Maciel está sempre com o sono atrasado), o líder do Governo julga indispensável, para alcançar uma ba-

JORGE CARDOSO



Maciel diz que não falta matéria-prima para o entendimento

se de sustentação política estável, que os Ministérios e o segundo escalão administrativo revelem maiores cuidados e atenção no exame de sugestões e propostas dos aliados do Presidente.

Considera necessário, também, que o Governo assegure aos aliados maior nível de participação e de responsabilidade nas decisões tomadas. “Só há responsabilidade quando existe co-participação”, sentencia Maciel, reconhecendo que atualmente os aliados não participam, no grau indispensável, das decisões do Governo desde sua concepção.

Conquistado grau razoável de estabilidade em sua base política, o Governo precisa lançar pontes para obter entendimento com as oposições em torno de propostas concretas. Em que

pese as dificuldades que enfrentou, nos últimos dias, com o impasse gerado em torno da votação dos vetos à política salarial, Maciel afirma que continua apostando no entendimento.

O líder invoca duas razões para justificar a obstinação com que persegue o entendimento. Em primeiro lugar, porque há o desejo do Presidente da República em trabalhar articulado com o Congresso; em segundo, porque os setores mais responsáveis da oposição já se conscientizaram de que “devem fazer oposição ao Governo, não ao País”. O senador acredita que “há um território comum dentro do qual o Presidente e os partidos de oposição podem se entender sem que os partidos de oposição tenham que abrir mão de suas convicções programáticas e até de eventuais candidaturas presidenciais”.